EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

04 de Maio 2021

ANGOP
Agência Angola Press
TERÇA - FEIRA, 04 DE MAIO DE 2021

Angola enaltece Níger e Namíbia pela aplicação da UPR

Luanda - Angola enalteceu, segunda-feira, os esforços do Níger e da Namíbia na apresentação regular dos relatórios sobre a Revisão Periódica Universal (UPR), para o restabelecimento da autoridade do Estado nos respectivos territórios e a protecção dos direitos humanos.

De acordo com uma nota da Missão Permanente de Angola junto do Escritório das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra (Suíça), o país encorajou o Níger a intensificar a luta contra o tráfico ilícito de drogas, a fim de reduzir o impacto negativo na juventude, congratulando-se, no entanto, com os esforços envidados para a promoção de emprego decente e combate à pobreza.

A posição de Angola foi manifestada durante a 38ª Sessão do Grupo de Trabalho da UPR, a decorrer até ao dia 14 de Maio, na qual o país é representado pela sua embaixadora junto do Escritório da ONU e outras Organizações Internacionais em Genebra, Margarida Izata.

Em relação à Namíbia, Angola elogiou as medidas de impacto positivo dos direitos humanos tomadas desde a última sessão da Revisão Periódica Universal, destacando "o forte empenho" a favor da protecção das pessoas que vivem com o HIV, especialmente mulheres e raparigas, o que torna o país líder na região da SADC.

Neste sentido, Angola recomendou à Namíbia para reforçar a educação e formação relacionadas com o HIV e continuar a pôr

em prática programas de sensibilização sobre alterações climáticas e redução do risco de desastres. Saliente-se que as observações e recomendações apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal das Nações Unidas contribuem para o reforço de mecanismos nacionais de promoção e protecção dos Direitos Humanos. (ANGOP)++++

Namíbia pode ajudar a incrementar investimento estrangeiro - MIREX

Luanda - O ministro angolano das Relações Exteriores, Téte António, considerou, segunda-feira, em Luanda, a Namíbia como um parceiro estratégico com capacidade de ajudar Angola a incrementar o investimento directo estrangeiro e as parcerias público-privadas.

Desta forma, o responsável sublinhou que as relações económicas e comerciais entre Angola e a Namíbia oferecem oportunidades inúmeras ainda por explorar, por ambos Estados. O ministro Téte António falava na abertura da II Sessão das Consultas políticas e diplomáticas entre Angola e a Namíbia, organizada por vídeo-conferência, a partir de Windhoek (Namíbia).

De acordo com o diplomata, Angola tem privilegiado uma cooperação que assenta na promoção, aprofundamento e fortalecimento do diálogo político-diplomático e económico com os seus parceiros.

Salientou que só assim haverá garantias de uma mudança de paradigma económico, tendo em conta o processo de diversificação da economia. Para o chefe da diplomacia angolana, o país tem-se empenhado em estabelecer inúmeras reformas no sentido de garantir uma sociedade mais estável, inclusiva, próspera e desenvolvida, onde o foco é a satisfação das aspirações de todos.

No âmbito das relações de solidariedade e amizade, Téte António agradeceu o apoio prestado pelo governo namibiano aos cidadãos angolanos, residentes nas províncias fronteiriças, que

assolados pela seca extrema, têm provocado um movimento migratório para o território namibiano. A troca de pontos de vistas sobre questões bilaterais, regionais, continentais e internacionais também foram debatidos.

Abertura das fronteiras

Já a diplomata namibiana, Netumbo Nandi-Ndatitwah, anunciou que o seu país está pronto a reabrir a sua fronteira com Angola, tal como tem feito com todos os outros países vizinhos, contudo, só pode acontecer numa base de reciprocidade.

Reconheceu que o encerramento contínuo da fronteira namibiano-angolana, devido às medidas postas em prática para combater a covid-19, obstrui a livre circulação legal de pessoas e bens ao longo da fronteira comum, originando um impacto negativo na economia dos dois países.

Por outro lado, deu a conhecer que os dois países estão a negociar os mecanismos para assinarem o Projecto de Acordo de Cooperação Bilateral sobre o Comércio de Bovinos, Carnes e outros Produtos Afins.

Angola e Namíbia assinaram, em Julho de 2019, em Windhoek (Namíbia) um acordo que estabelece a Comissão Binacional que serve para procurar formas e meios de promover e reforçar a cooperação em vários sectores.

O documento foi assinado pelo então ministro angolano das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e pela ministra das Relações Internacionais e Cooperação da Namíbia, Netumbo Nandi-Ndaitwah.

Com a sessão inaugural marcada para 2021, em Luanda, a Comissão Binacional vai passar a reunir-se, ordinariamente, duas vezes por ano em Angola e Namíbia, alternadamente, e em sessões extraordinárias, a pedido de qualquer das partes. *(ANGOP)++++*

Ministro destaca ganhos no domínio da liberdade de imprensa

Luanda - O ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, afirmou, segunda-feira, que "muito ainda há por fazer" no domínio da

liberdade de imprensa em Angola, apesar dos ganhos já alcançados. Segundo o ministro, que falava na sessão de abertura do primeiro Encontro Nacional da Comunicação Social, em alusão ao Dia Internacional da Liberdade de Imprensa (3 de Maio), a existência de um cenário óptimo de liberdade de imprensa não é uma tarefa isolada do Executivo, mas sim um exercício árduo, contínuo e da responsabilidade de todos, individual e colectivamente.

Manuel Homem considera ser um erro tratar as questões ligadas à liberdade de imprensa de maneira isolada e distante dos demais sectores da sociedade, sendo um importante fomentador da constituição e organização dos mesmos sectores, fazendo referência à educação, indústria, às vias de comunicação, aos transportes e à consciência social.

O ministro destacou, entre outras iniciativas concretizadas e desenvolvidas pelo Executivo, que têm contribuído para a concretização da liberdade de imprensa em Angola, a actualização do Pacote Legislativo da Comunicação Social, a criação e funcionamento da entidade reguladora da comunicação social, a constituição e funcionamento da Comissão da Carteira e Ética.

Destacou, ainda, a melhoria e extensão do sinal, quer de televisão, como de rádio em todo o país, a existência de órgãos de comunicação privados em várias localidade do país, maior e melhor acesso a tecnologias de informações e comunicação, fortalecimento da relação com as associações de profissionais do sector da comunicação social e a reestruturação e harmonização do Centro de Formação de Jornalistas.

Conforme o governante, a concretização de um cenário de liberdade de imprensa óptimo, não apenas em Angola, mas no mundo, é um processo em constante alteração, disputas de interesse, onde a envolvência de todos é necessária e fundamental.

Para o ministro, a questão voltada à liberdade de imprensa e demais temas a ela associados tem merecido da parte do

Executivo a devida atenção e tratamento, seja pela necessidade de concretização do direito de informar e ser informado constante na Constituição da República de Angola.

Para o efeito, apelou para a necessidade da promoção dos princípios fundamentais da liberdade de imprensa, o combate aos ataques contra os media e impedir a violação da liberdade de imprensa.

Na sua óptica, é necessário que se tenha um quadro jurídico-legal actualizado, capaz de harmonizar o relacionamento entre os vários interessados do sector, garantindo a existência de profissionais cada vez mais e melhor preparados, bem como a existência de condições capazes de estimular o aparecimento, promoção, protecção e desenvolvimento de veículos de comunicação.

"São fundamentais para o exercício da actividade jornalística responsável baseado na ética e deontologia profissional", referiu.

O governante deu a conhecer que Angola ocupa a posição 103 do ranking mundial da liberdade de imprensa, uma posição considerada modesta, numa avaliação efectuada a 180 países, segundo a organização "repórter sem fronteira".

O Dia Mundial da Liberdade de Imprensa é celebrado no dia 3 de Maio. A data foi criada em 20 de Dezembro de 1993, com uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e celebra o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e marca o dia da Declaração de Windhoek, uma afirmação feita com jornalistas africanos em 1991 afirmando os princípios da liberdade de imprensa junto com a UNESCO. *(ANGOP)++++*

Executivo defende maior investigação para fomento da agricultura

Luanda - O secretário de Estado para a Agricultura e Agro-pecuária, João Bartolomeu da Cunha, defendeu, segunda-feira, no Cuanza Norte, maior aposta na investigação agronómica, para se aumentar a produção agrícola no país, sobretudo no actual

contexto de alterações climáticas. Ao intervir no Conselho Científico do Instituto de Investigação Agronómica (IIA), iniciado hoje, segunda-feira, considerou insuficiente a pesquisa agrária em Angola, agravado com o prolongamento da estiagem, e associada ao baixo nível tecnológico dos produtores.

Entretanto, o secretário de Estado recomendou maior envolvimento dos investigadores do sector na pesquisa e desenvolvimento de sementes e plantas com qualidades e resistentes às alterações climáticas, para o desenvolvimento da agricultura nas províncias com potencial.

Para tal, João Bartolomeu da Cunha considerou imprescindível a melhoria das capacidades de investigação, através da criação de ambiente tecnológico favorável à realização de pesquisas científicas, apoiada em parceria entre instituições, incluindo as do ensino agrário médio e superior.

Realçou o facto de o referido Conselho coincidir com a fase de arranque do Projecto de Aumento de Produtividade da África Austral (APPSA), no país, como uma oportunidade de adequação do funcionamento da instituição, incitando um ambiente tecnológico para a pesquisa científica.

Angola manifestou o interesse em fazer parte da APPSA, estabelecendo o seu Centro Regional de Liderança (CRL) e elegeu o cultivo da mandioca como produto de excelência, devido ao seu potencial e à importância em termos de produção, área cultivada e contribuição para a segurança alimentar e nutricional.

O CRL está a ser implementado em Malanje pelo Ministério da Agricultura e Pescas, através do referido Instituto, por um período de seis anos, e terá laboratórios, estufas climatizadas para a reprodução de variedades melhoradas de mandioca, que serão disseminadas a nível do país e da região austral.

Criado em 1961, o IIA tem como objectivo a produção de conhecimentos científicos no domínio da investigação agronómica, incluído o estudo dos solos e clima, a criação, introdução e adaptação de variedades de plantas mais produtivas e de maior qualidade.

Visa igualmente a adequação e criação de metodologias apropriadas para a condução de tais estudos, entre outros. Tutelado pelo Ministério da Agricultura e Pescas, o Instituto de Investigação Agronómica conta com estações experimentais agrícola no Cuanza Norte, Benguela, Cabinda, Cuanza Sul, Huíla, Luanda, Malanje, Namíbe e Uíge, possuindo, cada uma delas, uma zona agro-ecológica.

Conselho Científico

O evento, com a duração de três dias, decorre na Estação Experimental Agrícola do Kilombo, em Ndalatando, e está a ser orientado pelo director geral do Instituto de Investigação Agronómica, João Ferreira da Costas Neto. Nele, participam técnicos da instituição, das 18 províncias do país.

O mesmo visa analisar a melhoria da qualidade da pesquisa agrária no país, pelo que os "conferencistas" deverão abordar temas relacionados com o "Programa de Produtividade Agrícola para a África Austral (APPSA)" e "estruturação do centro regional da mandioca".

Constam ainda dos temas em abordagem, "O plano estratégico do Centro de Demonstrações e de Transferência de Mazozo", subprograma de investigação agronómica, entre outros. *(ANGOP)++++*

Porto de Luanda aumenta volume de negócios em mais de kz 79 mil milhões

Luanda - O volume de negócios da actividade do Porto de Luanda, durante o exercício económico 2020, foi avaliado em 79.562 milhões de Kwanzas (Kz), representando um aumento de Kz 29.831 milhões (60%) em relação ao ano 2019.

Em 2019, o Porto de Luanda arrecadou 49.731 milhões de kwanzas nos seus negócios, segundo o relatório financeiro desta empresa. Conforme o relatório, chegado segunda-feira à ANGOP, o resultado líquido do Porto, no exercício económico 2020, cifrou-se em 27.131 milhões, enquanto em 2019 obteve Kz 15.775 milhões, registando um aumento de 11.356 milhões de kwanzas (72 por cento).

Em relação ao movimento de navios, durante o ano 2020, escalaram o Porto de Luanda 501 navios de longo curso, menos três em relação ao ano de 2019, representando um decréscimo de um por cento.

Quanto ao movimento de cargas, em 2020, a carga contentorizada alcançou a cifra de 5.4 milhões toneladas, tendo diminuído 614 mil e 191 toneladas, o que representa um decréscimo de 10 por cento em relação ao período homólogo. A carga não contentorizada (carga geral fraccionada) atingiu a cifra de 830 mil e 403 toneladas, tendo aumentado 327 mil e 222 toneladas, o que representa um crescimento de 65% em relação ao período homólogo.

Os graneis sólidos registaram um decréscimo na ordem dos 32 por cento.

No geral, foram movimentadas 419 mil e 897 toneladas, representando uma baixa de 193 mil e 427 toneladas, em relação ao período anterior. Em termos financeiros, as receitas portuárias para o primeiro trimestre deste ano ronda os 20,2 mil milhões de kwanzas.

Em relação à produção portuária, no primeiro trimestre de 2021, o Porto de Luanda registou uma produção geral de 1.6 milhões de toneladas, enquanto no mesmo período do ano 2020 registou uma produção geral de 1.5 milhões toneladas, registando-se um crescimento de 61 mil e 61 toneladas (4%) em relação ao período homólogo. *(ANGOP)++++*

Multinacional oferece formação a licenciados em finanças

Luanda – A multinacional DP World Luanda, empresa que gere e opera a concessão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda, abriu nesta semana as candidaturas para a formação técnica de jovens licenciados e mestrandos em Finanças, Marketing e Engenharia.

A acção da DP World Luanda, enquadrada no programa "Grow", abrange também os licenciados e mestrandos em Recursos Humanos, Saúde, Segurança e Ambiente, Operações e

Tecnologias de Informação, visando a integração dos jovens no mercado de trabalho. Além da licenciatura ou mestrado, os candidatos devem ter a idade máxima de 25 anos, segundo uma nota de imprensa chegada à ANGOP esta segunda-feira.

De acordo com a nota, os interessados que preencham os requisitos solicitados poderão obter mais informações através da Jobartis, no link https://www.jobartis.com/empregadores/dp-world-luanda.

O documento explica que os candidatos vão ser seleccionados através de um rigoroso processo de entrevistas e testes, gerido por um parceiro local externo. Como parte do compromisso de inclusão e diversidade, a DP World encoraja jovens do sexo feminino a participar.

Os seleccionados para o estágio, que terá a duração de 18 meses, passarão algum tempo nos vários departamentos da DP World Luanda, designadamente na área Comercial, Engenharia, Operações e Tecnologias de Informação, com o objectivo de desenvolverem capacidades práticas e de negócio.

A DP World Luanda, uma das unidades de negócios da multinacional DP World, com origem no Dubai e um dos principais provedores globais de soluções logísticas inteligentes, abre esta oportunidade para potenciar os jovens com experiências no sector da logística, comércio e indústria.

Além do programa Grow, a DP World Luanda realiza ainda outros programas de formação e desenvolvimento de competências para os próprios colaboradores do Terminal Multiusos do Porto de Luanda.

A par da DP World Luanda, o Departamento de Recursos Humanos da Região do Médio Oriente e África tem um grande foco no desenvolvimento de jovens talentos em toda esta região. A DP World Luanda iniciou as suas operações no Terminal Multiusos no Porto de Luanda a 1 de Março deste ano, depois de lhe ter sido atribuído por concurso público a concessão para um período de 20 anos. *(ANGOP)++++*

JORNAL DE ANGOLA On Line

TERÇA - FEIRA, 04 DE MAIO DE 2021

INE aborda tratamento de dados estatísticos nas instituições de ensino

O Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL) escolhe nesta terça-feira (4), uma palestra sobre "Estatísticas do Índice de Preços no Consumidor Nacional" (IPCN) e inflação, uma iniciativa do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A iniciativa do INE abrange todo país e enquadra-se no âmbito de um conjunto de palestras que aquela instituição vai realizar nas escolas do ensino secundário e superior, a fim de abordar sobre os vários instrumentos de recolha e tratamento de dados estatísticos.

Com este projecto, o Instituto Nacional de Estatística pretende aumentar o nível de literacia estatística no país, esclarece um comunicado que Jornal de Angola teve acesso. *(J.A)++++*

Edições Novembro doa cinco milhões de kwanzas para a campanha "Abraço Solidário"

A Edições Novembro, proprietária do Jornal de Angola e de outros títulos, doou, ontem, em Luanda, cinco milhões de kwanzas em alimentos para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade no Sul do país, no âmbito da campanha "Abraço solidário, somos Angola".

A iniciativa filantrópica, promovida por órgãos de Comunicação Social públicos, privados e empresas do sector das Telecomunicações, visa a recolha de donativos para as vítimas da

seca. Arroz, açúcar, feijão, óleo, massa, fuba, sal, sabão e enlatados constam entre os bens doados pela Edições Novembro, cujas delegações provinciais estão orientadas a recolher mais produtos para apoiar as vítimas da seca, que necessitam também de medicamentos, roupa, calçado, material de construção, de biossegurança e de higiene e limpeza.

Os donativos podem ainda ser entregues na agência da Centralidade do Sequele, na vila de Cacuaco, no Centro de Produção, em Viana, e na Gráfica, situada na Cuca, município do Cazenga, das 7 às 18 horas.

A Edições Novembro apela às instituições governamentais e não governamentais, religiosas, empresários, bem como a sociedade em geral no sentido de se juntarem à campanha para minimizar as dificuldades das vítimas da seca nas províncias do Cunene, Cuando Cubango, Huíla e Namibe.

Até ontem, a campanha "Abraço solidário, somos Angola" já tinha arrecadado, em Luanda, cerca de 150 toneladas de bens diversos, entregues por instituições públicas, empresários e pessoas colectivas e/ou singulares, no Campo Manuel Berenguel da Rádio Nacional de Angola, Entreposto Aduaneiro, Centro de Produção da TPA da Camama, nas respectivas delegações provinciais, delegações dos Correios de Angola e rádios provinciais. *(J.A)++++*

Ministro no Ghana para conferência continental

O ministro da Indústria e Comercio, Victor Fernandes, participa, hoje, na 5ª Reunião do Conselho de Ministros da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), que decorre em Accra, capital do Ghana, onde se encontra desde sábado, de acordo com uma nota do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa daquele pelouro governamental.

Na reunião, acrescenta o documento enviado, ontem, à nossa Redacção, são discutidas matérias relacionadas com o grau de cumprimento, pelos Estados, da apresentação das Ofertas Tarifárias e Ofertas sobre Compromissos Específicos, bem como

as Regras de Origem adoptadas. Até ao momento, lembra a nota, ainda resta por negociar 9,0 por cento das Regras de Origem dentro da faixa de liberalização de 90 por cento, factor essencial para o funcionamento da ZCLCA, devendo as negociações ter em conta os níveis de assimetria económica e de capacidade produtiva entre os países, de forma a permitir a inclusão de todos nos processos de formação das Cadeias de Valor Regionais, devendo os ministros dar indicações aos negociadores sobre estas materiais.

De acordo com o documento, pretende-se que o Conselho de Ministros do Comércio da ZCLCA emita uma directiva sobre a proposta de calendário para a execução das negociações referentes à Fase II (Concorrência, Direitos de Prioridade Intelectual, Investimento e Comércio Electrónico), assim como oriente os negociadores e o Secretariado sobre o processo de implementação de questões administrativas, incluindo a proposta de estrutura, transferência de funções da Comissão da União Africana para o Secretariado e o Regime de Destacamento de funcionários.

Angola, assegura o documento do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Mindcom, ainda não apresentou a proposta de Oferta de Desmantelamento Tarifário para o Comércio de Mercadorias, embora esteja a decorrer um trabalho árduo em prol dessa questão.

No encontro, que conta com a participação de ministros da Indústria e Comércio de outros Estados-membros, o governante angolano vai, entre outras considerações, estreitar as relações e promover a inserção de quadros angolanos no Secretariado da ZICLA, bem como manifestar o interesse do país em receber assistência técnica em várias temáticas ligadas à ZCLCA, nomeadamente, no apoio na estruturação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e elaboração da Lista de Compromissos Específicos para o Comércio de Serviços.

Victor Fernandes vai também solicitar ao Secretariado para, junto da Comissão Económica das Nações Unidas para

África (UNECA), criar as condições para o apoio na elaboração de uma Estratégia de Angola para a ZCLCA ligada ao Comércio e Desenvolvimento. A Zona de Livre Comércio é um bloco económico regional formado por diversos países, com a finalidade de reduzir ou eliminar as taxas alfandegárias entre os países-membros. O objectivo é estimular o comércio entre os países participantes.

Assim, as nações africanas projectam reduzir as tarifas sobre diversas mercadorias e prevêem uma "maior industrialização e agregação de valor" aos produtos do continente.

Além das tarifas, o comércio africano enfrenta fortes barreiras não-tarifárias, por meio de leis, normas e quotas. Segundo a União Africana, esse problema será um dos focos a partir de agora.

Para isso, foi criado um sistema de controlo online dessas barreiras, por meio do qual os comerciantes podem reportar dificuldades no comércio interno, como taxação e exigências excessivas ou regulamentação de produtos restritivos. *(J.A)++++*

Organizadores anunciam nova Conferência de Petróleo e Gás

A 2ª Angola Oil & Gas Conference (AOG 2021) é realizada a 9 e 10 de Setembro do ano em curso, em Luanda, anunciou em comunicado enviado, ontem, à nossa Redacção, a Energy Capital & Power, organizadora do encontro apoiado pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás e a Agência nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG).

Sob o lema "Angola Oil & Gas: O Caminho para a Regeneração de Angola", a conferência esteve prevista para Junho último, mas a organização alterou a data devido à pandemia da Covid-19, de acordo com a nota da Energy Capital & Power, instituição que, em 2019, realizou a 1ª AOG ainda sob a designação Angola Oil & Power.

A nota declara que o evento enquadra-se numa ampla campanha de atracção de investimentos para Angola na indústria petroquímica, tendo em conta as necessidades de o país reverter o declínio da sua produção por via do aumento das reservas, pressuposto para a renovação dos compromissos das empresas petrolíferas internacionais que operam no país.

A organização pretende a presença de executivos e operadores proeminentes do sector, assim como líderes governamentais e reguladores e empresas estatais, razão pela qual o período que antecede será aproveitado para contactos com as instituições que essas figuras representam.

Empresas estrangeiras instaladas como a Eni, Total, ExxonMobil, Chevron e BP garantem a participação ao lado das novas operadoras, depois de terem sido as mais representativas em 2019, afirma o documento.

O programa da AOG 2021, inclui palestras, em que serão apresentados painéis de discussão e encontros individuais entre investidores, com a organização a garantir o estrito cumprimento dos protocolos de saúde e segurança.

No quadro de uma campanha multimédia, está previsto o lançamento de um relatório de investimento e o documentário "Africa Energy Series: Angola 2021" em português e em inglês, com o objectivo de moldar a narrativa energética do país. *(J.A)++++*

Recurso: Defesa pede absolvição de Manuel Rabelais

A defesa de Manuel Rabelais pediu, esta segunda-feira (3), ao Plenário do Tribunal Supremo, a absolvição do ex-director do Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA).

O advogado João Gourgel solicitou ontem a absolvição do arguido Manuel Rabelais, condenado a 14 anos e seis meses de prisão pelos crimes de peculato sob a forma continuada e de branqueamento de capitais na gestão do extinto Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA), com fundamento em ilegitimidade do

Ministério Público para exercer a acção penal. Nas alegações de recurso, apresentadas ontem ao Plenário do Tribunal Supremo, depois da manifestação de interposição de recurso com efeito suspensivo no dia da leitura do acórdão na Câmara Criminal do Tribunal Supremo, o mandatário de Manuel Rabelais sustentou que, no processo de arguição criminal que apura responsabilidades sobre um desfalque ao Estado para benefício próprio de 98.141.632 de euros (109.855.154 dólares), não houve ninguém das entidades privadas envolvidas (pessoas colectivas ou singulares) que tenha participado criminalmente contra Manuel Rabelais.

"Se alguém participasse criminalmente o arguido, queixando-se que não recebeu as divisas prometidas, depois de ter entregado valores em kwanzas, aí sim, em função dessa participação, o Ministério Público teria legitimidade para exercer a acção penal.

Isso não aconteceu", disse, acrescentando que outra entidade que poderia ter feito isso era o Banco Nacional de Angola, a quem devia ter sido questionado se, depois de disponibilizar divisas, não recebeu o contra-valor em kwanzas do GRECIMA.

João Gourgel considerou ainda que no processo não há qualquer documento que prove os crimes de que foram acusados Manuel Rabelais e Gaspar Santos (co-arguido condenado a dez anos e seis meses no processo por envolvimento no esquema).

"Durante as audiências de discussão e de julgamento, não houve ou não foi produzida uma prova testemunhal, ou seja, não houve alguém que tenha declarado que os valores em causa tenham sido usados de forma ilícita ou tenha havido uma apropriação ilícita, para provar que todos aqueles dinheiros que foram depositados ou transferidos das contas do GRECIMA são dinheiros privados", reforçou.

O advogado, que justificou o recurso interposto com o facto de não se sentir conformado com a decisão do colectivo de juízes, liderados por Daniel Modesto, tomada em primeira

instância, disse esperar que o plenário (reunião do tribunal com todos os juízes conselheiros) vote a favor da absolvição de Manuel Rabelais, revogando a pena de prisão de 14 anos e seis meses estabelecida pela Câmara Criminal, que julgou o processo judicial em primeira instância em função do foro especial do arguido Manuel Rabelais, à data dos factos (2016-2017) secretário para a Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

"Estamos confiantes que isso possa acontecer porque, para que o Ministério Público pudesse exercer a acção penal tinha de haver no processo uma ordem de saque; até levámos ao processo uma ordem de saque de 2015, mas foi rejeitada com o fundamento de que não se referia ao período 2016 e 2017.

Foi o próprio defensor do Estado no processo quem pediu o indeferimento da junção ao processo desta ordem de saque", sustentou, acrescentando que, sem ordem de saque, em 2016 e 2017, então não havia prova nenhuma da existência de dinheiros públicos nas contas do GRECIMA.

O Tribunal Supremo considerou, em acórdão no dia 13 de Abril, que Manuel António Rabelais e Hilário Gaspar Alemão Santos mostraram, diante do júri, um "desvalor" relativamente à prática dos actos que configuraram os crimes de peculato sob a forma continuada e branqueamento de capitais. *(J.A)++++*

OPSA discorda das alterações na Justiça

O Observatório Político e Social de Angola foi convidado para um encontro na Assembleia Nacional onde manifestou preocupação sobre as alterações propostas sobre o poder judicial, refere o OPSA em comunicado enviado ao Jornal de Angola.

Considera mesmo que a proposta é controversa e pode "ter efeitos mais negativos do que as vantagens que procura estabelecer". "Receia o OPSA que a alteração da ordem de precedência dos tribunais superiores tenha o efeito nefasto de, aos olhos de todo o mundo, se restringir o órgão constitucional,

que é uma das garantias do respeito pela própria Constituição", defende a organização coordenada por Sérgio Calundungo. O OPSA recorda que o "Tribunal Constitucional foi apresentado, em 1992, como a pedra angular do Estado de Direito que se queria construir em Angola", pelo que a proposta de alteração irá apenas "servir para suscitar dúvidas desnecessárias sobre a estabilidade dessa construção".

Durante a troca de opiniões com os deputados sobre alguns dos aspectos submetidos à revisão pontual da Constituição, o OPSA manifestou agrado quanto a diversos pontos.

Destacou, entre outros, a "institucionalização do Banco Nacional de Angola como entidade administrativa independente, votação dos angolanos no exterior, inelegibilidade do Presidente da República que se auto demita durante um segundo mandato e ampliação dos mecanismos de fiscalização da Assembleia Nacional. *(J.A)++++*